

PIEMONTE HOLDING DE PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 05.280.180/0001-26 - NIRE 33.3.0032049-1

Balanco patrimonial Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativo	Controladora		Consolidado	
	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	5	8.102	92	8.104
Aplicações financeiras	6	3.106	6.541	3.106
Contas a receber de clientes				6.541
Impostos e contribuições sociais a recuperar	7	1.646	1.088	1.646
Outros ativos		359	363	403
Total do ativo circulante		13.213	8.084	13.259
Não circulante				
Fundo de Investimentos em Participações	8	170.776	146.058	170.776
Partes relacionadas	17	1.179	14.074	875
Outros ativos		955	90	1.898
Investimentos	9	769	933	769
Propriedade para investimento	10	1.901	24.192	990
Total do ativo não circulante		176.910	186.677	176.638
Total do ativo		190.123	194.761	189.897

Passivo	Controladora		Consolidado	
	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22
Circulante				
Salários e encargos sociais	12	3.883	2.745	3.883
Empréstimos e financiamentos	13	3.320	2.118	3.320
Impostos a recolher	14	344	424	577
Parcelamentos fiscais	7	1.404	790	1.404
Outros passivos	7	2.364	1.458	2.364
Total do passivo circulante		11.315	7.679	11.548
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	13	7.280	744	7.280
Debêntures não conversíveis - partes relacionadas	15	-	102.211	-
Parcelamentos fiscais	7	5.750	2.993	5.750
Partes relacionadas	17	15.860	7.246	15.401
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22	34.603	26.994	34.603
Provisão para risco de participações	16	577	577	577
Outros passivos		-	-	2
Total do passivo não circulante		64.070	140.765	63.611
Total do passivo + patrimônio líquido		190.123	194.761	189.897

Demonstração do resultado do exercício Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota	Controladora		Consolidado	
	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22
Receita operacional líquida	19	39.790	29.613	40.008
Custo sobre os serviços prestados	20	(23.317)	(16.169)	(23.317)
Lucro bruto		16.473	13.444	16.691
Despesas gerais e administrativas	20	(5.276)	(4.447)	(5.863)
Despesas com pessoal	20	(9.232)	(6.646)	(9.232)
Outras receitas (despesas)	20	679	1.129	679
Ajuste a valor justo	8	24.718	150.274	24.718
Resultado em participações	10	(1.875)	(73.751)	21
Resultado antes do resultado financeiro		25.487	80.003	27.014
Receitas financeiras	21	43.794	13.363	43.173
Despesas financeiras	21	(18.624)	(15.640)	(19.530)
Resultado financeiro, líquido		25.170	7.277	23.643
Resultado antes do IRPJ e CSLL		50.657	72.276	50.657
IRPJ e CSLL correntes	22	(624)	(624)	(624)
IRPJ e CSLL diferidos	22	(7.609)	(36.162)	(7.609)
Impostos sobre o resultado		(8.223)	(36.162)	(8.223)
Lucro líquido do exercício		42.424	41.564	42.424
Ações em circulação (em milhares)			4.173.984	543.811
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação			0,010	0,076

Demonstração do resultado abrangente Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Lucro líquido do exercício	Controladora		Consolidado	
	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22
Outros Resultados Abrangentes				
Total de resultados abrangentes		37.012	39.986	37.012

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Em 31/12/2023 e de 2022 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Capital social	Controladora		Consolidado	
	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22
Saldos em 31 de dezembro de 2021				
Ajustes de conversão de investimentos				
Lucro líquido do exercício (reapresentado)				
Reserva legal e reserva de retenção				
Dividendos a distribuir				
Saldos em 31/12/2022 (reapresentado)				
Ajuste de limite de reserva legal ref. 2022				
Destinação do resultado ref. 2022 em reserva				
Destinação do resultado ref. 2022 em dividendos				
Acervo líquido integralizado (nota 1.3)				
Ajustes de conversão de investimentos (nota 10)				
Lucro líquido do exercício				
Destinação do resultado ref. 2023 em reserva legal				
Destinação do resultado ref. 2023 em dividendos				
Saldos em 31 de dezembro de 2023				

Demonstração dos fluxos de caixa Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Fluxo de Caixa das atividades operacionais	Controladora		Consolidado	
	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22
Lucro líquido do exercício	42.424	41.564	42.424	41.564
Ajustes de despesas e receitas que não envolvem recursos de caixa:				
Depreciação e amortização	199	197	199	197
Ajuste a valor justo	(24.718)	(150.274)	(24.718)	(150.274)
Resultado de equivalência patrimonial	1.875	14.709	(222)	14.709
Juros sobre debêntures	(3.934)	2.934	(3.934)	1.684
Juros sobre empréstimos	311	276	311	276
Variação cambial nas debêntures	(11.912)	(7.270)	(11.912)	(4.362)
Tributos diferidos	7.609	36.163	8.404	36.163
Baixa e variação cambial de investimentos	20.412	66.701	20.412	66.701
Baixa de investimento aportado em FIP	-	4.216	-	4.216
Outros ajustes	2	-	2	-
Variações nos Ativos e Passivos				
Aumento / (redução) de ativos	10.888	10.125	14.498	10.125
Aumento / (redução) de passivos	4.667	(28.366)	3.155	(30.055)
Imposto de renda e contribuição social pagos				
(351)	-	(351)	-	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais				
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de imobilizado	(35)	(163)	(35)	(163)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos				
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Empréstimos tomados	9.100	3.000	9.100	3.000
Integralização de capital social via acervo líquido	57.485	-	57.485	-
Pagamento de principal de empréstimos	(1.359)	(216)	(1.359)	(216)
Juros pagos sobre empréstimos	(311)	(276)	(311)	(276)
Pagamento de dividendos	(16.000)	(8.000)	(16.000)	(8.000)
Outras variações no patrimônio líquido	(5.412)	(1.578)	(5.412)	(1.578)
Cancelamento das debêntures	(86.365)	-	(86.365)	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos				
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa				
4.575 (16.258) 4.576 (16.289)				
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6.633	22.891	6.633	22.928
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	11.208	6.633	11.210	6.639

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2023 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

1. Contexto Operacional. A Piemonte Holding de Participações S.A. ("Piemonte", "Grupo" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, Brasil, constituída em 2012 como Piemonte Assessoria Financeira Ltda (sucessivamente em 2014 como Piemonte Investimentos Ltda.) e em 2017, depois da operação de incorporação reversa com a própria controladora DSAPAR Participações Ltda., chegou a atual denominação. Ao longo da própria história, a Piemonte constituiu e investiu em empresas controladas no Brasil e no exterior, criando assim um Grupo que hoje tem mais de R\$750 milhões de ativos e cujas atividades abrangem: • Assessoria financeira e administração de ativos, incluindo atividade de serviços de consultoria financeira, com foco em fusões e aquisições, reestruturação de dívidas, valuation e due diligence, investigação financeira e reestruturação de dívidas; • Investimento em empresa de apoio operacional, gestão de infraestrutura predial e operacional e gestão de TI; • Investimento em empresas de infraestrutura digital; • Gestão financeira e tesouraria com foco em estruturação e gestão de fundos de investimentos, de hedge e private equity; e • Pesquisa, desenvolvimento e inovação em tecnologia.

1.1 Investimento em operações de Cyber Data Center. Em setembro de 2020, a Oi S.A., entidade em recuperação judicial, obteve aprovação de seu Plano de Recuperação Judicial, homologado pelo Juízo da Recuperação Judicial, o qual IFRS Practice Statement 2. Em substituição ao requerimento de divulgação de políticas contábeis significativas, as emendas ao IAS 1 Presentation of Financial Statements estabelecem que políticas contábeis devem ser divulgadas quando forem materiais. Entre outras coisas, a emenda propõe orientações para determinar tal materialidade. • Definition of Accounting Estimates - Amendments to IAS 8 (equivalente ao CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro). De acordo com as emendas ao IAS 8, a definição de "mudança na estimativa contábil" deixa de existir. Em substituição, foi estabelecida definição para o termo "estimativas contábeis": valores monetários nas demonstrações financeiras que estão sujeitos à incerteza de mensuração. • Deferred Tax related to Assets and Liabilities arising from a Single Transaction - Amendments to IAS 12 (equivalente ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro): As alterações reduziram o escopo da isenção de reconhecimento de ativos fiscais diferidos e passivos fiscais diferidos contidas nos parágrafos 15 e 24 do IAS 12 Income Taxes de modo que não se aplique mais a transações que, entre outros itens, no reconhecimento inicial dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. Os principais normativos emitidos pelo IASB que ainda não entraram em vigor e não tiveram adoção antecipada pela companhia até 31 de dezembro de 2023 são: Data de vigência: 1º de janeiro de 2024: • Lease Liability in a Sale and Leaseback - Amendments to IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 Arrendamentos): Adiciona requerimentos que especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos de reconhecimento de ativos e passivos contábeis - e retroarrendamento (Sale and Leaseback) de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação. • Classification of Liabilities as Current or Non-current/Non-current Liabilities with Covenants - Amendments to IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis): As emendas estabelecem que o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte. Entre outras orientações, as emendas determinam que a classificação de um passivo não é afetada pela probabilidade de exercício do direito de diferir a liquidação do passivo. Adicionalmente, segundo as emendas, apenas covenants cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou, no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante. Divulgações adicionais também são requeridas pelas emendas, incluindo informações sobre passivos não circulantes em cláusulas restritivas covenants. Em relação aos normativos em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024, de acordo com as avaliações realizadas, a Companhia estima que não há impactos materiais na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras. O CPC emite pronunciamentos, revisões de pronunciamentos e interpretações adotados como análogos aos IFRS, tal como emitidos pelo IASB. A seguir são apresentados os normativos emitidos pelo CPC que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela companhia até 31 de dezembro de 2023, bem como os IFRS equivalentes: • Pronunciamento Técnico CPC 50 | IFRS equivalente - 17: • Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 20 | IFRS equivalente - Definition of Accounting Estimates (Amendments to IAS 8), Disclosure of Accounting Policies (Amendments to IAS 1) e Deferred Tax related to Assets and Liabilities arising from a Single Transaction (Amendments to IAS 12); • Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 21 | IFRS equivalente - 17. Em relação aos normativos em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024, de acordo com as avaliações realizadas, a Companhia estima que não há impactos materiais na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **2.4 Critérios gerais de elaboração e divulgação.** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo. **2.5 Conversão de moeda estrangeira.** **2.5.1 Moeda funcional e moeda de apresentação.** A moeda de apresentação das demonstrações financeiras é o Real (R\$). Transações em moeda estrangeira são reconhecidas pela taxa de câmbio na data da transação. Exceto para ativos e passivos registrados pelo valor justo, itens monetários em moeda estrangeira são convertidos para Reais pela taxa de câmbio na data do balanço, informada pelo Banco Central do Brasil. Os ganhos e as perdas cambiais atrelados a estes itens são registrados na demonstração do resultado. Dentre as empresas controladas do Grupo, a Piemonte Trading e o Alba Fund possuem o dólar como moeda funcional, as taxas de câmbio utilizadas na conversão das demonstrações financeiras têm como referência o dólar de fechamento para as contas patrimoniais e a média do dólar para as contas de resultado. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação da Companhia. **2.5.2 Transações e saldos.** Transações em moeda estrangeira são reconhecidas pela taxa de câmbio na data da transação. Exceto para ativos e passivos registrados pelo valor justo, itens monetários em moeda estrangeira são convertidos para Reais pela taxa de câmbio na data do balanço, informada pelo Banco Central do Brasil. Os ganhos e as perdas cambiais atrelados a estes itens são registrados na demonstração do resultado. Dentre as empresas controladas da Companhia, a Piemonte Trading e o Alba Fund possuem o dólar como moeda funcional, as taxas de câmbio utilizadas na conversão das demonstrações financeiras têm como referência o dólar de fechamento do exercício para as contas patrimoniais e a média do dólar para as contas de resultado. **2.6 Ativos financeiros.** **2.6.1 Classificação.** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: • Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado); • Mensurados ao custo amortizado. A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. **2.6.2 Reconhecimento e desreconhecimento.** Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. **2.6.3 Mensuração.** No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado. **2.6.4 Impairment.** A metodologia de impairment aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. **2.6.5 Compensação de instrumentos financeiros.** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser

ceiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis da controlada estão alinhadas com as políticas adotadas pela Controladora. Os saldos e transações interrompido, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações interrompido, são eliminadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Os ganhos não realizados oriundos de transações com a controlada registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na controlada. Os resultados não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados dos ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução do valor recuperável. **2.3 Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor.** Os principais normativos emitidos pelo IASB que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2023, mas que não possuem efeitos materiais nas demonstrações financeiras da Companhia: • IFRS 17 - Insurance Contracts and Amendments to IFRS 17 Insurance Contracts: O IFRS 17 (equivalente ao CPC 50 - Contratos de seguro) substitui o IFRS 4 - Insurance Contracts e estabelece, entre outras coisas, os requisitos que devem ser aplicados, por emissores de contratos de seguros e resseguros no escopo da norma, e para contratos de resseguros mantidos, no reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação relacionados aos contratos de seguro de resseguro. • Disclosure of Accounting Policies - Amendments to IAS 1 and IFRS Practice Statement 2. Em substituição ao requerimento de divulgação de políticas contábeis significativas, as emendas ao IAS 1 Presentation of Financial Statements estabelecem que políticas contábeis devem ser divulgadas quando forem materiais. Entre outras coisas, a emenda propõe orientações para determinar tal materialidade. • Definition of Accounting Estimates - Amendments to IAS 8 (equivalente ao CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro). De acordo com as emendas ao IAS 8, a definição de "mudança na estimativa contábil" deixa de existir. Em substituição, foi estabelecida definição para o termo "estimativas contábeis": valores monetários nas demonstrações financeiras que estão sujeitos à incerteza de mensuração. • Deferred Tax related to Assets and Liabilities arising from a Single Transaction - Amendments to IAS 12 (equivalente ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro): As alterações reduziram o escopo da isenção de reconhecimento de ativos fiscais diferidos e passivos fiscais diferidos contidas nos parágrafos 15 e 24 do IAS 12 Income Taxes de modo que não se aplique mais a transações que, entre outros itens, no reconhecimento inicial dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. Os principais normativos emitidos pelo IASB que ainda não entraram em vigor e não tiveram adoção antecipada pela companhia até 31 de dezembro de 2023 são: Data de vigência: 1º de janeiro de 2024: • Lease Liability in a Sale and Leaseback - Amendments to IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 Arrendamentos): Adiciona requerimentos que especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos de reconhecimento de ativos e passivos contábeis - e retroarrendamento (Sale and Leaseback) de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação. • Classification of Liabilities as Current or Non-current/Non-current Liabilities with Covenants - Amendments to IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis): As emendas estabelecem que o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte. Entre outras orientações, as emendas determinam que a classificação de um passivo não é afetada pela probabilidade de exercício do direito de diferir a liquidação do passivo. Adicionalmente, segundo as emendas, apenas covenants cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou, no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante. Divulgações adicionais também são requeridas pelas emendas, incluindo informações sobre passivos não circulantes em cláusulas restritivas covenants. Em relação aos normativos em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024, de acordo com as avaliações realizadas, a Companhia estima que não há impactos materiais na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras. O CPC emite pronunciamentos, revisões de pronunciamentos e interpretações adotados como análogos aos IFRS, tal como emitidos pelo IASB. A seguir são apresentados os normativos emitidos pelo CPC que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela companhia até 31 de dezembro de 2023, bem como os IFRS equivalentes: • Pronunciamento Técnico CPC 50 | IFRS equivalente - 17: • Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 20 | IFRS equivalente - Definition of Accounting Estimates (Amendments to IAS 8), Disclosure of Accounting Policies (Amendments to IAS 1) e Deferred Tax related to Assets and Liabilities arising from a Single Transaction (Amendments to IAS 12); • Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 21 | IFRS equivalente - 17. Em relação aos normativos em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024, de acordo com as avaliações realizadas, a Companhia estima que não há impactos materiais na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **2.4 Critérios gerais de elaboração e divulgação.** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo. **2.5 Conversão de moeda estrangeira.** **2.5.1 Moeda funcional e moeda de apresentação.** A moeda de apresentação das demonstrações financeiras é o Real (R\$). Transações em moeda estrangeira são reconhecidas pela taxa de câmbio na data da transação. Exceto para ativos e passivos registrados pelo valor justo, itens monetários em moeda estrangeira são convertidos para Reais pela taxa de câmbio na data do balanço, informada pelo Banco Central do Brasil. Os ganhos e as perdas cambiais atrelados a estes itens são registrados na demonstração do resultado. Dentre as empresas controladas do Grupo, a Piemonte Trading e o Alba Fund possuem o dólar como moeda funcional, as taxas de câmbio utilizadas na conversão das demonstrações financeiras têm como referência o dólar de fechamento para as contas patrimoniais e a média do dólar para as contas de resultado. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação da Companhia. **2.5.2 Transações e saldos.** Transações em moeda estrangeira são reconhecidas pela taxa de câmbio na data da transação. Exceto para ativos e passivos registrados pelo valor justo, itens monetários em moeda estrangeira são convertidos para Reais pela taxa de câmbio na data do balanço, informada pelo Banco Central do Brasil. Os ganhos e as perdas cambiais atrelados a estes itens são registrados na demonstração do resultado. Dentre as empresas controladas da Companhia, a Piemonte Trading e o Alba Fund possuem o dólar como moeda funcional, as taxas de câmbio utilizadas na conversão das demonstrações financeiras têm como referência o dólar de fechamento do exercício para as contas patrimoniais e a média do dólar para as contas de resultado. **2.6 Ativos financeiros.** **2.6.1 Classificação.** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: • Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado); • Mensurados ao custo amortizado. A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. **2.6.2 Reconhecimento e desreconhecimento.** Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. **2.6.3 Mensuração.** No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado. **2.6.4 Impairment.** A metodologia de impairment aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. **2.6.5 Compensação de instrumentos financeiros.** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser

aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. **2.7 Caixa e equivalentes de caixa.** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração do valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. **2.8 Contas a receber de clientes.** A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. **2.9 Imobilizado.** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os custos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também pode incluir transferências do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de hedge de fluxo de caixa qualificados como referentes à compra de imobilizado em moeda estrangeira. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada. O principal ativo imobilizado da Companhia são equipamentos de informática, com a vida útil estimada em 10 anos. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores de venda com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos (perdas), líquidos" na demonstração do resultado. **2.10 Investimento.** São registrados pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais. Nas demonstrações consolidadas, as informações contábeis das controladas diretas e indiretas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia e até o encerramento do exercício. **2.11 Propriedade para Investimento.** O imóvel adquirido em 2017 para investimento foi reconhecido inicialmente por seu valor de custo e posteriormente ajustados à valor de mercado. A Administração prepara um laudo anualmente onde documenta a existência ou não de indicativos de impairment para a propriedade para investimento no exercício. **2.12 Provisões.** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflète as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. **2.13 Contas a pagar aos fornecedores.** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **2.14 Reconhecimento de receita.** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas da Companhia. A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrito a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente,

PIEMONTE HOLDING DE PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 05.280.180/0001-26 - NIRE 33.3.0032049-1

diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pela Companhia, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido. **2.16 Distribuição de dividendos.** A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, conforme determinado pela lei das sociedades por ações para o dividendo mínimo obrigatório. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral/Conselho de Administração. **2.17 Reapresentação das Demonstrações Financeiras.** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, originalmente emitidas em 26 de setembro de 2023, estão sendo reapresentadas em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (IAS 8) e CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis (IAS 1), para melhor apresentação. Os efeitos dos ajustes e reclassificações estão apresentados a seguir:

Ativo	Controladora		Consolidado	
	31/12/22 (originalmente)	31/12/22 (reapresentado)	31/12/22 (originalmente)	31/12/22 (reapresentado)
Total do ativo	190.123	190.123	189.897	189.897
Total do passivo circulante	7.679	7.679	7.851	7.851

Ativo	Controladora		Consolidado	
	31/12/22 (originalmente)	31/12/22 (reapresentado)	31/12/22 (originalmente)	31/12/22 (reapresentado)
Emprestimos e financiamentos	744	744	744	744
Debêntures não conversíveis - partes relacionadas	102.211	102.211	62.271	62.271
Parcelamentos fiscais	2.993	2.993	2.993	2.993
Partes relacionadas	7.246	7.246	24.102	24.102
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14.438	12.556	26.994	14.438
Provisão para risco de participações	577	577	577	577
Outros passivos	-	-	-	-
Total do passivo não circulante	128.209	12.556	140.765	105.127
Patrimônio líquido	8.448	8.448	4.448	8.448
Capital social subscrito	44.429	31.873	44.429	31.873
Reservas de lucros	5.996	5.996	5.996	5.996
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do patrimônio líquido	58.873	46.317	58.873	46.317
Total do passivo + patrimônio líquido	194.761	194.761	171.851	171.851

Demonstração do resultado do exercício	Controladora		Consolidado	
	31/12/22 (originalmente)	31/12/22 (reapresentado)	31/12/22 (originalmente)	31/12/22 (reapresentado)
Receita operacional líquida	29.613	29.613	29.613	29.613
Custo sobre os serviços prestados	(16.169)	(16.169)	(16.169)	(16.169)
Lucro bruto	13.444	13.444	13.444	13.444
Despesas gerais e administrativas	(4.447)	(4.447)	(4.999)	(4.999)
Despesas com pessoal	(6.646)	(6.646)	(6.646)	(6.646)
Outras receitas (despesas)	1.129	1.129	1.129	1.129
Ajuste a valor justo	150.274	150.274	150.274	150.274
Resultado em participações	(73.751)	(73.751)	(74.462)	(74.462)
Resultado antes do resultado financeiro	80.003	80.003	78.740	78.740
Receitas financeiras	13.363	13.363	9.731	9.731
Despesas financeiras	(15.640)	(15.640)	(10.745)	(10.745)
Resultado financeiro, líquido	(2.277)	(2.277)	(1.014)	(1.014)
Resultado antes do IRPJ e CSLL	77.726	77.726	77.726	77.726
IRPJ e CSLL correntes	(23.606)	(12.556)	(36.162)	(23.606)
IRPJ e CSLL diferidos	(23.606)	(12.556)	(36.162)	(23.606)
Impostos sobre o resultado	(47.212)	(25.112)	(72.324)	(47.212)
Lucro líquido do exercício	54.120	41.564	54.120	41.564

Demonstração dos fluxos de caixa:	Controladora		Consolidado	
	31/12/22 (originalmente)	31/12/22 (reapresentado)	31/12/22 (originalmente)	31/12/22 (reapresentado)
Fluxo de Caixa das atividades operacionais	54.120	41.564	54.120	41.564
Lucro líquido do exercício	54.120	41.564	54.120	41.564
Ajustes de despesas e receitas que não envolvem recursos de caixa:	-	-	-	-
Depreciação e amortização	197	197	197	197
Ajuste a valor justo	(150.274)	(150.274)	(150.274)	(150.274)
Resultado de equivalência patrimonial	14.709	14.709	14.709	14.709
Juros sobre debêntures	2.934	2.934	1.684	1.684
Juros sobre empréstimos	276	276	276	276
Variação cambial nas debêntures	(7.270)	(7.270)	(4.362)	(4.362)
Tributos diferidos	23.607	12.556	36.163	23.607
Baixa e variação cambial de investimentos	66.701	66.701	66.701	66.701
Baixa de investimento aportado em FIP	4.216	4.216	4.216	4.216
Variáveis nos Ativos e Passivos	-	-	-	-
Aumento / (redução) de ativos	10.125	10.125	10.125	10.125
(Aumento) / redução de passivos	(28.366)	(28.366)	(30.055)	(30.055)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(9.025)	(9.025)	(9.056)	(9.056)
Juros pagos sobre arrendamentos	-	-	-	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades	(9.025)	(9.025)	(9.056)	(9.056)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos	(163)	(163)	(163)	(163)
Aquisição de imobilizado	(163)	(163)	(163)	(163)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos	(163)	(163)	(163)	(163)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos	3.000	3.000	3.000	3.000
Empréstimos tomados	3.000	3.000	3.000	3.000
Pagamento de principal de empréstimos	(216)	(216)	(216)	(216)
Juros pagos sobre empréstimos	(276)	(276)	(276)	(276)
Pagamento de dividendos	(8.000)	(8.000)	(8.000)	(8.000)
Outras variações no patrimônio líquido	(1.578)	(1.578)	(1.578)	(1.578)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	(7.070)	(7.070)	(7.070)	(7.070)
Aumento (Redução) de caixa e equivalente de caixa	(16.258)	(16.258)	(16.289)	(16.289)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	22.891	22.891	22.928	22.928
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	6.633	6.633	6.639	6.639

A Administração da Piemonte identificou que o registro do imposto de renda e contribuição social diferido na demonstração do resultado efetuado no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 estava subavaliado e efetuou o ajuste corretivo para fins de reapresentação destas demonstrações financeiras, de modo que o registro reflita o valor em R\$12.557. **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos.** Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. A estimativa e premissa que apresenta um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, está contemplada a seguir: **Imposto de renda e contribuição social diferidos.** O imposto de renda e a contribuição social (corrente e diferido) são calculados de acordo com interpretações da legislação em vigor. Este processo normalmente envolve estimativas complexas para determinar o lucro tributável e as diferenças. Em particular, o crédito fiscal diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias são reconhecidos na proporção da probabilidade de que o lucro real futuro esteja disponível e possa ser utilizado. A mensuração da recuperabilidade do imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias leva em consideração a estimativa de lucro tributável futuro estimado com base nos planos de negócios aprovados e nos orçamentos da Companhia. **4. Instrumentos financeiros por categoria**

Ativos financeiros	Controladora		Consolidado	
	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22
Ativos ao custo amortizado	8.102	92	8.104	98
Caixa e equivalentes de caixa	3.106	6.541	3.106	6.541
Aplicações financeiras	-	-	-	-
Contas a receber de clientes	1.179	14.074	875	12.247
Transações com partes relacionadas	459	1.451	1.446	1.526
Outros ativos	12.846	22.158	13.531	21.047

Passivos financeiros	Controladora		Consolidado	
	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22
Passivos ao custo amortizado	344	424	577	592
Fornecedores e outras obrigações	10.600	2.862	10.600	2.862
Empréstimos e financiamentos	-	102.211	-	62.271
Debêntures não conversíveis	3.386	7.246	2.927	24.102
Transações com partes relacionadas	13.051	8.130	13.051	8.135
Outros passivos	27.381	120.873	27.155	97.962

5. Caixa e Equivalentes de Caixa. A composição da rubrica Caixa e Equivalentes de Caixa é demonstrada a seguir:

Conta-corrente	Controladora		Consolidado	
	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22
31/12/23	37	22	39	28
31/12/22	8.065	70	8.065	70
Total	8.102	92	8.104	98

(i) As aplicações financeiras estão alocadas em instrumentos financeiros como CDB de bancos de primeira linha, e que possuem liquidez imediata para conversão em caixa. Tais aplicações são todas pós-fixadas e indexadas ao CDI, remunerando o caixa da Companhia em uma média de 100% da variação do CDI. **6. Aplicações financeiras.** A composição da rubrica Aplicações financeiras é demonstrada a seguir:

Aplicações em fundos de investimentos - Alba	Controladora		Consolidado	
	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22
31/12/23	3.106	6.541	3.106	6.541
31/12/22	3.106	6.541	3.106	6.541

7. Impostos e contribuições sociais	Controladora		Consolidado	
	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22
Imposto de renda retido	22	512	22	512
CSLL retida	185	341	185	341
CSLL - saldo negativo e estimativa	516	78	516	78
IRPJ - saldo negativo e estimativa	923	157	923	157
Total	1.646	1.088	1.646	1.088

10. Investimentos em participação em controladas e coligadas. O investimento em participações controladas e coligadas é representado pelas seguintes participações:

País	% 2022	31/12/2021	Aquisições	Equivalência Patrimonial	Aumento (redução) de Capital	Variação Cambial		Outros	31/12/2022
						Baixas	Outros		
Bahamas	100%	6	-	-	-	-	-	-	6
EUA	100%	3.515	-	(278)	-	(229)	-	-	3.008
Brasil	13,41%	766	-	19	-	-	-	-	785
Titan	0%	69.696	-	(357)	(59.042)	-	(10.297)	-	-
EUA	100%	20.753	-	989	-	(1.349)	-	-	20.393
Brasil	0%	10.866	-	(15.082)	-	-	4.216	-	-
Total	-	105.602	-	(14.709)	(59.042)	(1.578)	(6.081)	-	24.192

País	% 2023	31/12/2022	Aquisições	Equivalência Patrimonial	Aumento (redução) de Capital	Variação Cambial		Outros	31/12/2023
						Baixas	Outros		
Bahamas	100%	6	-	-	-	-	-	-	6
EUA	100%	3.008	-	(1.824)	-	-	(200)	-	984
Brasil	13,41%	785	-	199	-	-	-	-	984
EUA	100%	20.393	-	(179)	(15.000)	-	(5.212)	(2)	-
Brasil	100%	-	-	(71)	-	-	-	(2)	(73)
Total	-	24.192	-	(1.875)	(15.000)	-	(5.412)	(4)	1.901

(*) Conforme explicitado na nota 1, a investida Elea Digital Titan Holding S.A. e a Elea Digital S.A. foram alienadas a um dos acionistas em janeiro de 2022, desta forma, não são mais consolidadas na Piemonte Holding. Além disso, em janeiro do mesmo ano, conforme também já explicitado, a investida Elea Infraestrutura foi transferida para o Elea Infraestrutura - Fundo de Investimento em Participações, deixando de ser apresentada de forma consolidada e passando a ser apresentada como investimento em FIP. O valor de R\$10M referentes a Elea Digital Titan Holding S.A. é devido à Companhia pelo adquirente das ações, bem como o valor de R\$4M foi o valor integralizado no Fundo de Investimento Elea FIP através do aporte das ações da Elea Holding. (**) Conforme explicitado na nota 1.3, durante processo de reorganização societária, a Administração realizou o "desinvestimento" na Piemonte Lending, com o cancelamento das debêntures e redução do capital social da mesma, que foi considerada oficialmente dissolvida em julho de 2023 pelo órgão regulador dos EUA. **Balancos patrimoniais sintéticos:**

Ativo Circulante	Em 31 de dezembro de 2023		
	Piemonte Trading	Piemonte Lending	Piemonte Facilities
Ativo Circulante	46	-	-
Passivo Circulante	(464)	-	(73)
Working capital	(418)	-	(73)
Ativo Não Circulante	4.290	-	-
Passivo Não Circulante	(2.927)	-	-
Ativo (passivo) não circulante líquido	1.402	-	73
Patrimônio líquido	(945)	-	-

Ativo Circulante	Em 31 de dezembro de 2022		
	Piemonte Trading	Piemonte Lending	Piemonte Facilities
Ativo Circulante	1.850	5	-
Passivo Circulante	(421)	(17.357)	-
Working capital	1.429	(17.352)	-
Ativo Não Circulante	6.135	37.745	-
Passivo Não Circulante	(4.556)	-	-
Ativo (passivo) não circulante líquido	1.579	37.745	-
Patrimônio líquido	(3.008)	(20.393)	-

Receita operacional líquida	Em 31 de dezembro de 2023		
	Piemonte Trading	Piemonte Lending	Piemonte Facilities
Receita operacional líquida	372	-	-
Custo sobre os serviços prestados	(514)	-	(73)
Despesas gerais e administrativas	(1.722)	-	-
Resultado financeiro líquido	(1.864)	-	(73)
IRPJ/CSLL	-	-	-
Resultado do exercício	(1.864)	-	(73)

Receita operacional líquida	Em 31 de dezembro de 2022		
	Piemonte Trading	Piemonte Lending	Piemonte Facilities
Receita operacional líquida	-	-	-
Custo sobre os serviços prestados	-	-	-
Despesas gerais e administrativas	(552)	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-
Resultado financeiro líquido	274	989	-
IRPJ/CSLL	-	-	-
Resultado do exercício	(278)	989	-

Salários	Controladora		Consolidado	
	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22
Salários	971	644	971	644
Provisão de férias e encargos	2.262	1.522	2.262	1.522
Encargos sociais	645	579	645	579
Outros	5	-	5	-
Total	3.883	2.745	3.883	2.745

Vencimento Juros	Controladora		Consolidado	
	31/			

PIEMONTE HOLDING DE PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 05.280.180/0001-26 - NIRE 33.3.0032049-1

20. Custos e despesas por natureza. (a) Custo e despesa com pessoal				Adições		5.084		Vencimentos em menos de um ano			
Controladora		Consolidado						31/12/2023		31/12/2022	
31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22
Salários e pró-labore	(10.091)	(8.107)	(10.091)	(8.107)	Ganho com equivalência patrimonial	(1.244)		Fornecedores e outras obrigações	6.591	5.561	
Encargos sociais	(3.985)	(2.497)	(3.985)	(2.497)	Varição cambial ativa	(23.821)		Empréstimos e financiamentos	3.320	2.118	
Benefícios	(2.623)	(1.545)	(2.623)	(1.545)	Ajuste a valor justo FIP	(24.178)					
Férias e 13º salário	(2.372)	(1.579)	(2.372)	(1.579)	Juros sobre debêntures	(516)					
Aviso prévio e indenizações	(116)	(58)	(116)	(58)	Exclusões	(49.759)					
Bônus e gratificações	(2.986)	(340)	(2.986)	(340)	Lucro real antes da compensação de prejuízo	(376)					
Outras	(87)	(23)	(87)	(23)	Compensação com prejuízo fiscal	-					
Custo com pessoal	(22.260)	(14.149)	(22.260)	(14.149)	Lucro real	(376)					
Salários e pró-labore	(3.274)	(2.545)	(3.274)	(2.545)	Lucro antes do IR e CS em 31/12/22	77.726		Lucro real	(17.904)		
Encargos sociais	(1.346)	(1.019)	(1.346)	(1.019)	Despesas ineditáveis	356		IRPJ calculado	(2.686)		
Benefícios	(2.239)	(1.411)	(2.239)	(1.411)	Juros sobre debêntures	326		IRPJ a pagar			
Férias e 13º salário	(799)	(654)	(799)	(654)	Varição cambial passiva	6.391		CSLL calculado	(1.611)		
Aviso prévio e indenizações	(8)	(8)	(8)	(8)	Perda de investimentos	59.041		CSLL a pagar			
Bônus e gratificações	(977)	(86)	(977)	(86)	Perda com equivalência patrimonial	16.214					
Outras	(589)	(133)	(589)	(133)	Adições	82.328					
despesa com pessoal	(9.232)	(6.646)	(9.232)	(6.646)	Ganho com equivalência patrimonial	(623)					
(b) Custo e despesa operacionais	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	Varição cambial ativa	(5.297)					
	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22	Ajuste a valor justo FIP	(173.638)					
Custo com alugueis e condomínios	(658)	(686)	(658)	(686)	Exclusões	(177.958)					
Consultorias	(399)	(466)	(399)	(466)	Lucro real antes da compensação de prejuízo	(17.904)					
Serviços no exterior	-	(869)	-	(869)	Compensação com prejuízo fiscal	-					
Custo com serviços	(399)	(1.335)	(399)	(1.335)	Lucro real	(17.904)					
Custo sobre os serviços prestados	(1.057)	(2.021)	(1.057)	(2.021)	(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos						
Alugueis e condomínios	(735)	(758)	(735)	(758)	Em 31/12/2023	Em 31/12/2022 (reapresentado)					
Energia, água e gás	(134)	(152)	(134)	(152)	Ajuste a valor justo FIP	138.419		Ajuste a valor justo FIP	113.701		
Telefone e internet	(69)	(93)	(69)	(93)	Prejuízo fiscal	(36.644)		Prejuízo fiscal	(37.083)		
Serviços prestados por terceiros	(2.072)	(1.700)	(2.072)	(2.247)	Outros ajustes temporários	-		Outros ajustes temporários	2.777		
Despesa com viagens	(596)	(160)	(507)	(160)	Base para IRPJ/CSLL	101.775 diferidos		Base para IRPJ/CSLL	79.395		
Seguros	(175)	(423)	(175)	(423)	IRPJ diferido	(25.434)		IRPJ diferido	(19.848)		
Cartórios e registros	(39)	(20)	(39)	(20)	CSLL diferido	(9.160)		CSLL diferido	(7.146)		
Outras despesas	(752)	(679)	(752)	(679)	IRPJ e CSLL total	(34.603)		IRPJ e CSLL total	(26.994)		
Depreciação e amortização	(199)	(197)	(199)	(197)	(-) IRPJ diferido 2022	19.849					
Despesas gerais e administrativas	(4.771)	(4.182)	(5.358)	(4.733)	(-) CSLL diferido 2022	7.146					
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	IRPJ e CSLL provisiona-	dos em 2023	(7.609)				
	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22	23. Contingências. Até 31 de dezembro de 2023, conforme a assessoria jurídica da Companhia, não tramitam em esfera judicial e administrativa processos cíveis, trabalhistas e fiscais classificados como prováveis de perdas, portanto, nenhuma provisão foi constituída. Adicionalmente, também não tramitam processos classificados como perda possível, logo, não há contingências a serem divulgadas. 24. Gerenciamento de riscos. 24.1 Fatores de risco financeiro: As atividades da Companhia ou expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial, risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco é realizada pela tesouraria da Companhia, segundo as políticas aprovadas pela Administração. A Tesouraria da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia. A Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa. (a) Risco de mercado, Risco cambial. O Grupo atua internacionalmente e está exposto ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos. A administração estabeleceu uma política que exige que as empresas do Grupo administrem seu risco cambial em relação à sua moeda funcional. O risco cambial ocorre quando operações comerciais futuras, ativos ou passivos registrados são mantidos em moeda diferente da moeda funcional da entidade. O Grupo tem certos investimentos e dívidas atreladas ao dólar dos Estados Unidos, cujos ativos e passivos estão expostos ao risco cambial. A exposição cambial decorrente da participação em operações no exterior do Grupo é protegida, principalmente, por meio de empréstimos (debêntures) na mesma moeda de alizados investimentos. (b) Risco de liquidez. A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais do Grupo e agregada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é transferido para a Tesouraria do Grupo. A Tesouraria investe o excesso de caixa em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Na data do balanço, a Companhia mantém fundos de curto prazo de R\$ 8.105 (R\$ 92 em 31 de dezembro de 2022) para administrar o risco de liquidez. A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia que são liquidados em uma base líquida pela Companhia, os vencimentos dos passivos financeiros estão dentro de um período de um ano a partir da data dos balanços. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados						

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS. Aos Administradores da Piemonte Holding de Participações S.A. Rio de Janeiro - RJ. **Opinião.** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Piemonte Holding de Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Piemonte Holding de Participações S.A., em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para opinião. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relacionados previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e cumprimos as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assuntos de Auditoria: Cotas de fundos de investimento em participações.** Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possui registrado como cotas de Fundo de Investimento em Participações no ativo não circulante o montante de R\$ 170.776 mil. O valor dessa participação nas cotas é relevante nas demonstrações financeiras, que influenciam diretamente o resultado operacional e consequentemente o patrimônio líquido, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria. **Como Auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a revisão dos papéis de trabalho dos auditores do Elea Infraestrutura - Fundo de Investimento em Participações, principalmente no que tange as premissas e cálculos para mensuração do valor justo dos investimentos do FIP, tendo em vista a Instrução CVM 579/2016. Avaliamos ainda a adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o reconhecimento e mensuração dos investimentos, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequação da apresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como os controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e não se responsabiliza por nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: ■ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como buscamos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de falsas intencionalidades. ■ Obtemos entendimento dos controles internos relevantes

para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. ■ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. ■ Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. ■ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descobrimos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Rio de Janeiro, 10 de outubro de 2024. **Baker Tilly Brasil RJ Auditores Independentes - CRC-RJ 005.333/O-0.** **Shella Conrado** - Contador - CRC-RJ 086.265/O-4.

Alessandro Lombardi - CEO
Marco Girardi - Diretor Financeiro
Kevin da Fonseca do Prado Brandão - Contador - CRC-RJ: 128394/O

ITAGUAY IMOBILIÁRIA E PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/MF nº 33.019.654/0001-16 - NIRE 33.300.161.201
Assembleia Geral Ordinária - Convocação. Ficam convocados os acionistas da Itaguay Imobiliária e Participações S.A., a se reunirem no dia 24/10/2024, às 11 hrs, na Praia de Botafogo nº 228, bloco A, 3º andar, nesta cidade - Novotny Advogados, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (i) exame das contas dos administradores e das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2023, encaminhadas a todos os acionistas em 19/04/2024. Rio de Janeiro, 15/10/2024. Administração.

Target Instituição de Pagamento e Securitizadora de Créditos S.A.
CNPJ/MF 14.821.124/0001-42 - NIRE 33.3.0030083-0
CONVOCAÇÃO. A Target Instituição de Pagamento e Securitizadora de Créditos S.A. ("Companhia") vem, nos termos do art. 124 da Lei 6.404/76, convocar seus acionistas para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia ("AGO") a ser realizada em 24 de outubro de 2024, às 10 horas, de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma Teams, para tratar das seguintes matérias: (i) as contas dos administradores, relatório da administração e as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023; (ii) a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31/12/2023; (iii) a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia; (iv) aprovação da 13ª Emissão de Debêntures Simples da Companhia; e (v) aprovação de aumento de capital. O link de acesso será encaminhado com até 2 dias de antecedência à Assembleia.

CAPEMISA CAPITALIZAÇÃO S.A.
CNPJ: 14.056.028/0001-55 - NIRE: 33.3.0029900-9
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 08 DE JULHO DE 2024 - 1- DATA, HORA E LOCAL: No dia 08 de julho de ano de 2024, às 13 horas, por meio eletrônico. **2- QUÓRUM E CONVOCAÇÃO:** Dispensadas as formalidades de convocação face à presença da totalidade dos acionistas da Companhia, nos termos do § 4º, do Art. 124, da Lei nº 6.404/76. **3- MESA:** Jorge de Souza Andrade - Presidente; Laerte Tavares Lacerda - Secretário. **4- ORDEM DO DIA E DELIBERAÇÕES APROVADAS POR UNANIMIDADE:** 4.1. - Acolher a renúncia do Sr. **Márcio Coutinho Teixeira de Carvalho**, brasileiro, casado, economista, portador do documento de identidade nº 19.990-7, expedido pelo Conselho Regional de Economia - Corecon/RJ, inscrito no CPF nº 810.429.227-72, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro/RJ, ao atual cargo de Diretor-Presidente da Companhia. **4.2.** - Eleger o Sr. **Márcio Coutinho Teixeira de Carvalho**, já qualificado, para o cargo de Diretor da Companhia, para cumprir mandato até 29/06/2026. **4.3.** - Eleger o Sr. **Jorge de Souza Andrade**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da carteira de identidade nº 04258705-5 IPRJ/RJ, inscrito no CPF nº 332.606.727-53, residente e domiciliado na cidade de Niterói/RJ, para o cargo de Diretor-Presidente da Companhia, para cumprir mandato até 29/06/2026. **4.4.** - A redistribuição das funções entre os membros da Diretoria, conforme abaixo: **Jorge de Souza Andrade - Diretor-Presidente; Márcio Coutinho Teixeira de Carvalho - Diretor; Marcio Augusto Leone Koenigsdorf - Diretor;** (i) Diretor responsável administrativo financeiro, nos termos da Circular Susep nº 234/2003; e (ii) Diretor responsável pela contabilidade, nos termos da Resolução CNSP nº 432/2021. **Marcio Augusto Nicoletti - Diretor de Governança Corporativa:** (i) Diretor responsável pelos controles internos, nos termos da Resolução CNSP nº 416/2021; (ii) Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de auditoria contábil independente previstos na regulamentação em vigor - Resolução nº 432/2021 (Art. 3º, Parágrafo 3º); (iii) Diretor responsável pelo relacionamento com o cliente, nos termos da Resolução CNSP nº 382/2020; e (iv) Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613/1998 (PLDFT), e respectiva regulamentação complementar (Circular Susep nº 234/2003 e nº 612/2020). **Patrícia Fernandes Nepomuceno Pinto - Diretora:** (i) Diretora responsável pelas relações com a Susep, nos termos da Circular Susep nº 234/2003; (ii) Diretora responsável técnica, nos termos da Circular Susep nº 234/2003 e da Resolução CNSP nº 432/2021; e (iii) Diretora responsável pelo registro das operações de seguros, previdência complementar aberta, capitalização e resseguros, nos termos da Resolução CNSP nº 383/2020. **5- ENCERRAMENTO DA SESSÃO:** Aprovadas por unanimidade todas as deliberações acima e nada mais havendo de que tratar, foi encerrado o trabalho desta Assembleia Geral Extraordinária, lavrando-se no livro próprio a presente ata, que, lida e achada conforme, foi aprovada por todos os presentes, que a subscrevem. Rio de Janeiro, 08 de julho de 2024. **Jorge de Souza Andrade - Presidente** Laerte Tavares Lacerda - **Secretário.** Acionistas: **CAPEMISA HOLDING S.A.** - Representada por: Jorge de Souza Andrade - **Diretor-Presidente;** Laerte Tavares Lacerda - **Diretor Vice-Presidente.** **CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S.A.** - Representada por: Jorge de Souza Andrade - **Diretor-Presidente;** Marcio Augusto Leone Koenigsdorf - **Diretor Administrativo Financeiro.** Jucerja nº 6487133 em 07/10/2024.

CLARIENS EDUCAÇÃO S.A. - CNPJ: 48.199.560/0001-43

Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas - 31 de dezembro de 2023 com Relatório do Auditor Independente (Exercício de 31 de dezembro de 2023 e período de 5 de outubro a 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais))

Table with multiple columns: Balanços patrimoniais, Demonstrações das mutações do patrimônio líquido, Demonstrações dos fluxos de caixa, Demonstrações dos resultados, Demonstrações dos resultados abrangentes, and Notas explicativas. Includes sub-sections for Zarns Lumbiara and Zarns Galeno.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas. 1. Contexto operacional: a) Informações gerais, b) Informações sobre a Companhia, c) Informações sobre o Grupo.

2. Base de preparação e resumo das principais políticas contábeis: 2.1. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas; 2.2. Base de consolidação.

Table with columns: Empresa, Razão social, Atividade principal, Local, 2021, 2022. Lists companies like ZARNs SALVADOR, UNECE, CAT, GALENO, ZARNs ITUMBUBARA.

O Grupo consolida todas as informações contábeis de todas as empresas que controla. A definição de controle é dada quando a Companhia estiver exposta ao risco direto e os resultados variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a investida.

18. Receita operacional líquida: 2023 2022 2023 2022. Includes details on revenue recognition, depreciation, and other financial metrics.

19. Resultado financeiro: 2023 2022 2023 2022. Includes details on net income, taxes, and other financial results.

20. Imposto de renda e contribuição social: 2023 2022 2023 2022. Includes details on tax and social contribution calculations.

21. Resultado financeiro: 2023 2022 2023 2022. Includes details on financial results and equity changes.

22. Imposto de renda e contribuição social: 2023 2022 2023 2022. Includes details on tax and social contribution calculations.

23. Resultado financeiro: 2023 2022 2023 2022. Includes details on financial results and equity changes.

24. Imposto de renda e contribuição social: 2023 2022 2023 2022. Includes details on tax and social contribution calculations.

→ continuação

fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado. A Companhia não possui tributos diferidos.

23. Gestão de riscos e instrumentos financeiros: 23.1. Ativos financeiros: A Companhia possui os seguintes instrumentos financeiros ativos e passivos na data de 31 de dezembro de 2023, classificados em:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Ativos financeiros				
Contas a receber	-	-	37.896	21.107
Conta vinculada	-	-	88	22.138
Partes relacionadas	3.108	-	2.200	8.386
Total	3.108	-	40.184	51.631
Circulante	-	-	37.896	21.107
Não circulante	3.108	-	2.288	30.536

Os instrumentos financeiros contabilizados a custo amortizado na Companhia incluem contas a receber e partes relacionadas. Os ativos financeiros da Companhia são em sua maioria operações relacionadas as contas a receber de alunos.

23.2. Passivos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Passivos financeiros				
Fornecedores	35	-	786	1.147
Adiantamento de clientes	-	-	19.041	15.419
Debitures	-	-	371.339	371.647
Contas a pagar de aquisições	-	-	135.143	-
Outros passivos	-	-	7.360	22.138
Arrendamentos	-	-	60.843	31.866
Total	35	-	594.512	442.017
Circulante	35	-	182.177	47.689
Não circulante	-	-	412.335	394.328

Indicadores

Moeda	Taxa	Maturidade	2023	2022
Olivera Trust distribuidora	100% CDI			
de títulos e valores mobiliários S.A.	Real +2,3% a.a	2028	370.000	370.000

Os valores de debêntures da Companhia, conforme mencionado na nota 14, ocorreram anteriormente a incorporação da Galileo pela Zams Salvador, onde essa assumiu os ativos e passivos da antiga companhia. **23.3. Valor justo:** Realizamos uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros do Grupo apresentados nas demonstrações financeiras. Os ativos e passivos financeiros do Grupo apresentaram seu valor contábil razoavelmente aproximado do valor justo. A Administração avaliou que esses saldos são equivalentes a seus valores contábeis, principalmente devido aos vencimentos de curto prazo desses instrumentos. **23.3. Políticas de gerenciamento de risco de instrumentos financeiros** Os principais passivos financeiros da Companhia, compreendem fornecedores, operações com partes relacionadas, arrendamentos e adiantamentos de clientes. O principal objetivo desses passivos financeiros é financiar as operações. Os principais ativos financeiros da Companhia incluem contas a receber, caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras classificadas como liquidez imediata que derivam diretamente de suas operações. A Companhia está exposta ao risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A empresa monitora os riscos de mercado, crédito e operacional em linha com os objetivos de gestão de capital e conta com o apoio, acompanhamento e supervisão do Conselho de Diretores nas decisões relacionadas à gestão de capital e seu alinhamento com os objetivos e riscos. O Conselho de Administração revisa e concorda com as políticas de gerenciamento de cada um desses riscos, que estão resumidas a seguir: **23.3.1. Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro irá flutuar devido a mudanças nos preços de mercado.

A exposição da empresa ao mercado está relacionada ao risco de taxa de juros. (i) Risco de taxa de juros: O risco de taxa de juros é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro irá flutuar devido a mudanças nas taxas de juros do mercado. A exposição ao risco de variação das taxas de juros de mercado prende-se essencialmente com as operações de equivalentes de caixa da Companhia e aplicações financeiras com taxas de juros flutuantes. **23.3.2. Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações em um instrumento ou contrato com o cliente, levando a uma perda financeira. A empresa está exposta ao risco de crédito de suas atividades operacionais (principalmente contas a receber) e de suas atividades de financiamento, incluindo caixa e equivalentes de caixa. O risco de crédito de clientes é administrado pela Companhia com base na política estabelecida, procedimentos e controles relativos à gestão do risco de crédito de clientes. Valores de contas a receber de clientes, que são considerados fora do comum, são monitoradas regularmente. Consulte a Nota 6 para obter informações adicionais sobre as contas a receber da Companhia. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pelo departamento financeiro da Companhia de acordo com a política da Companhia. Investimentos dos fundos excedentes são feitos apenas com contrapartes aprovadas e dentro dos limites atribuídos a cada contraparte. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito para os componentes demonstrativo da posição financeira em 31 de dezembro de 2023 é o valor contábil de seus ativos financeiros. A Administração da Companhia tem a responsabilidade de monitorar o risco de liquidez. A fim de alcançar o objetivo da Companhia, a Administração revisa regularmente o risco e mantém reservas apropriadas, incluindo linhas de crédito bancário com instituições financeiras de primeira linha. A Administração também monitora continuamente os fluxos de caixa projetados e reais e a combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. As principais necessidades de recursos financeiros utilizados pela Companhia decorrem da necessidade de efetuar pagamentos de fornecedores, despesas operacionais, obrigações trabalhistas e sociais, empréstimos e financiamentos e contas a pagar das empresas adquiridas.

	Menor que 1 ano	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Maior que 5 anos	Total
Fornecedores	1.647	-	-	-	1.647
Empréstimos e financiamentos	4.500	7.419	9.900	33.002	54.821
Arrendamentos	22.138	-	-	-	22.138
Adiantamento de clientes	15.419	-	-	-	15.419
31 de dezembro de 2022	44.651	7.419	379.900	33.002	465.172
Fornecedores	786	-	-	-	786
Empréstimos e financiamentos	85.811	142.864	142.864	-	371.539
Arrendamentos	1.807	6.560	6.560	45.916	60.843
Contas a pagar de aquisições	67.572	67.571	-	-	135.143
Adiantamento de clientes	19.041	-	-	-	19.041
Obrigações com antigos acionistas	-	7.360	-	-	7.360
31 de dezembro de 2023	174.817	224.355	149.424	45.916	594.512

23.3.4. Mudanças nos passivos de atividades de financiamento

	Controladora		Consolidado	
	01/01/2023	31/12/2023	01/01/2023	31/12/2023
Capital Social				
Fluxos de caixa	292.727	153.173	292.727	153.173
Transação Juros s/ AR	-	-	-	-
Total	292.727	153.173	292.727	153.173

Capital Social

	01/01/2023	31/12/2023
Fluxos de caixa	292.727	153.173
Transação Juros s/ AR	-	-
Total	292.727	153.173

Passivo de arrendamento

	01/01/2023	31/12/2023
Fluxos de caixa	31.666 (9.858)	28.689 3.390
Transação Juros s/ AR	327.393 143.315	28.689 3.390
Total	359.059	31.839

25. Seguros: Em 31 de dezembro de 2023, o Grupo mantém contratos de seguros com cobertura de diversos riscos da atividade, levando em conta a natureza e o grau do ris-

co para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e responsabilidades, conforme abaixo demonstrados:

Tipo de cobertura	Cobertura
Danos materiais	20.500
Responsabilidade civil	5.000
Seguro de responsabilidade para administradores	30.000
26. Transações não envolvendo caixa: Em 31 de dezembro de 2023, o Grupo realizou as seguintes transações não caixa:	
Adição de arrendamentos (Nota 8)	-
Renovação de arrendamentos (Nota 8)	7.000
Aquisição de intangível	17.927
Dividendos mínimos obrigatórios (nota 7)	16.822
Total	24.927

A Diretoria

Contadora: Ingrid Menezes Gonçalves Bezerra - CRC CE 025720/O-6

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Administradores da Clariens Educação S.A. Fortaleza - CE

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Clariens Educação S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor: A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas: A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresen-

tação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** consolidadas, tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 18 de abril de 2024.
ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S/S Ltda. CRC-CE01042/F
Nathália Araújo Domingues - Contador CRC - CE02083/O



Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link <https://diariocomercial.com.br/publicidade-legal/>



